



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Agosto de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em agosto de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	7
Equador	10
Guiana	11
Peru.....	14
Suriname	16
Venezuela	17
OTCA	17

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de agosto na Amazônia boliviana foi marcado por uma das maiores secas da história do país, o que contribuiu para alastrar queimadas e incêndios na floresta. A seca sem precedentes afeta o rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas e compartilhado por Bolívia, Brasil e Peru. Desde o início do mês, o rio Madeira registrou um fluxo abaixo da média histórica [1].

Por sua vez, as queimadas são, sobretudo, ilegais e/ou predatórias. Entretanto, na Amazônia boliviana, os *chaqueos*, prática de queima e desmate da terra para prepará-la para outros cultivos agrícolas ou agropecuários, são frequentes [2]. Ainda que os *chaqueos* sejam amplamente nocivos para o bioma e para os ecossistemas ali inseridos, a legislação boliviana é bastante permissiva com eles [3]. Por isso, a combinação da seca histórica com os *chaqueos* – legais e ilegais – por parte dos produtores rurais do país contribuiu para os dramáticos números do mês de agosto.

A seca, as queimadas e a propagação da fumaça começaram na metade do mês e se intensificaram. Até o fim de agosto, havia mais de 3 milhões de hectares queimados, principalmente nos departamentos de Beni e Santa Cruz [4]. Ao longo do mês, os municípios mais afetados foram os de San Ignacio, San Matías e Concepción, que fazem parte da região conhecida como Chiquitanía, no sul do departamento de Santa Cruz, marcada pela transição entre os biomas Amazônia e Chaco. Dada a gravidade da situação, os departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz decretaram a interrupção de aulas, voos e algumas partes do comércio [5]. A qualidade do ar também foi afetada e, no final do mês, a fumaça, decorrente das queimadas, havia subido a cordilheira dos Andes e chegado, inclusive, à capital La Paz [6].

O mês terminou sem que a situação tenha sido devidamente resolvida ou encaminhada por parte do governo boliviano, que, apenas no início do mês de setembro, decretou emergência nacional. No dia 28 de agosto, o presidente Luis Arce reforçou o *Plan de Acción de Fortalecimiento de Capacidades Operativas "Lucho Contra los Incendios"*, lançado em maio de 2024, com a contratação de novos equipamentos para bombeiros florestais e o desenvolvimento de capacitações para brigadistas que estão combatendo os incêndios, entre outros pontos [7] [8]. Além disso, Arce também destacou o papel do *Centro de Monitoreo del Comando de Combate Contra Incendios*, lançado em agosto deste ano, para apoiar no combate aos focos de incêndio [9].

Para tentar conter a crise, o governo boliviano também implementou entregas de água a municípios afetados pela seca, operações de resgate de fauna, com destacado papel do Serviço Nacional de Áreas Protegidas (SENARP), que integra o Ministério de Meio Ambiente e Água [10] [11]. Além disso, o governo boliviano prometeu, também, severidade com os responsáveis pelos incêndios criminosos no bioma.

Por fim, o governo boliviano contou com apoio internacional. De diferentes formas, o governo recebeu cooperação de países como Brasil, China, Chile, Paraguai, Peru e França, além da União Europeia, sobretudo com envio de brigadistas. Além disso, em específico, a China apoiou com equipamentos, enquanto a França apoiou com capacitação aos bombeiros florestais [13]. Com o Brasil, a cooperação foi além: o vizinho apoiou a proteção da Área Natural de Manejo Integrado de San Matías com mais de 1.400 brigadistas e, na fronteira, entre os dois países, houve a ação de brigadas coordenadas.

Referências

- [1] Disponível em: <https://spanish.news.cn/20240807/75bba4ecfb4b4f6fa8c4ad0822215a5e/c.html>
- [2] Disponível em: <https://www.abc.com.py/internacionales/2024/09/12/el-fuego-arrasa-obliga-a-bolivia-a-suspender-chaqueos-y-la-region-sigue-en-alerta-por-humo/>
- [3] Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/25130>
- [4] Disponível em: <https://www.lt9.com.ar/87553-esfuerzos-conjuntos-de-bolivia-y-brasil-para-enfrentar-los-incendios-en-la-region-amazonica>
- [5] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/09/09/no-hay-un-lugar-libre-humo-los-incendios-forestales-asfixian-bolivia-y-la-contaminacion-del-aire-se-expande/>
- [6] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/08/29/crece-la-preocupacion-de-los-pueblos-de-la-amazonia-en-medio-de-los-incendios-los-proyectos-que-invaden-sus-tierras-y-el-blanqueo-ecologico/>
- [7] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/11/gobierno-implementa-el-plan-de-prevencion-lucho-contralos-incendios/>
- [8] Disponível em: <https://www.facebook.com/Min.MedioAmbienteyAgua/posts/pfbid0RSkbnSSv1Emo661g8uUQLLegYwEKwq2gnDfM6xqLtTggErLVRpi9aLA1AWYPeRfLl>
- [9] Disponível em: <https://www.facebook.com/Min.MedioAmbienteyAgua/posts/pfbid031vAr8tsj19bghxdzflBQFth5mXEcBdeVnKBwTk4BfFi12EwzXETb1dSjbt6tjZml>
- [10] Disponível em: <https://www.facebook.com/Min.MedioAmbienteyAgua/posts/pfbid02RGA8BZLcXFhqtgFsd6mrED5AFJYJ73mTBGaAxKhxAvgKvvrGLYzREYb1Hz86GiKnl>
- [11] Disponível em: <https://www.facebook.com/Min.MedioAmbienteyAgua/posts/pfbid0o8JnDPrr25H5SvQbsx4S6ausLF8aygxvFUobkJswwjWveRKwbTnfCYSYdvnVG3cxl>

[13] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/09/09/no-hay-un-lugar-libre-humo-los-incendios-forestales-asfixian-bolivia-y-la-contaminacion-del-aire-se-expande/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de agosto foi marcado por um recorde de queimadas na Amazônia, em meio à pior seca na floresta em 40 anos, e pela disseminação das fumaças decorrentes para outras partes do Brasil e da região, prejudicando a qualidade do ar. A falta de chuvas no bioma contribuiu para a pior seca do Brasil nos últimos 44 anos, segundo dados do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais). O instituto apontou que mais de 3,8 mil dos 5.570 municípios brasileiros estão com alguma classificação de seca, de fraca a excepcional, atualmente [1].

Em relação às queimadas, segundo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), seus satélites de monitoramento detectaram 38.266 focos de incêndio na Amazônia, o que significou mais que o dobro do registrado no ano anterior e o maior número para o mês de agosto desde 2010 [2]. Além disso, o número também foi maior do que o medido no “dia do fogo”, em 11 de agosto de 2019, durante o governo Bolsonaro, quando foram registrados 2.366 focos de incêndio na floresta [2].

Ainda sobre o “dia do fogo”, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, chegou a declarar suspeitas de que as queimadas em agosto de 2024 poderiam ser uma repetição de 2019. Investigações acerca do episódio de 5 anos atrás não resultaram, entretanto, em nenhuma punição e foram arquivadas no primeiro semestre deste ano. Segundo a Política Federal, a hipótese principal é que, em 2019, a ação foi coordenada por produtores, grileiros, sindicalistas e comerciantes rurais, porém os resultados da investigação não conseguiram confirmar a hipótese [3].

Embora a Amazônia viva um período de seca recorde por motivos multifatoriais, a fonte de ignição das queimadas, em agosto, tende a ser a ação humana criminosa voltada ao desmatamento ilegal para mudança no uso da terra, conforme mapeado historicamente pelo INPE [6]. Ao longo do mês, o corredor de poluição aérea atingiu 10 estados do Brasil, inclusive a região Sul [4]. Pará e Rondônia decretaram situação de emergência [5]. A fumaça também chegou a Bolívia, Paraguai e Argentina, conforme registrado em imagens de satélite da NASA e da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) dos Estados Unidos [4].

No que toca a política, em 21 de agosto, o governo federal realizou, no Palácio do Planalto, uma reunião entre diversos ministros e governadores da Amazônia para reforçar a cooperação na prevenção e no combate aos incêndios. Foram criadas três Frentes Multiagências Interfederativas, que reunirão agentes de órgãos federais, estaduais e municipais, tais como Ibama, ICMBio, Incra, Funai, Polícia Federal, polícias civis, Corpos de Bombeiros e secretarias municipais e estaduais. As três frentes serão instaladas na região de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM), Novo Progresso (PA) e Apuí (AM). O foco de atenção serão 21 municípios, que concentram cerca da metade dos incêndios registrados no bioma em 2024 até o momento [7].

A concertação entre poderes ganhou mais força no dia 27 de agosto, quando o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), instou a União a abrir crédito extraordinário e deu prazo de 15 dias para mobilizar o maior contingente possível de agentes das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e de outros efetivos para atuar de forma repressiva e preventiva no combate aos incêndios [8].

Para além do tema das queimadas, no dia 21, os chefes dos Três Poderes assinaram, em cerimônia no Planalto, o Pacto pela Transformação Ecológica, um compromisso para atuarem de maneira harmoniosa, através de medidas legislativas, administrativas e judiciais, para implementar o Plano de Transformação Ecológica, lançado pelo Ministério da Fazenda no ano passado. Ações presentes no pacto incluem a criação de um mercado regulado de carbono, a ampliação de crédito voltado a atividades de baixo impacto ambiental e o desenvolvimento de ciência e tecnologia, a fim de beneficiar o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de outros biomas [9].

Apesar dos incêndios, o mês de agosto registrou queda de 45,7% no desmatamento da Amazônia, no acumulado de um ano. Segundo dados do INPE, divulgados no dia 7, houve uma diminuição de 53% no desmatamento nos 70 municípios com maior recorrência deste tipo de atividade. Juntas, estas 70 cidades concentram 56% do desmatamento total do bioma. Os estados com maior redução do desmatamento foram: Rondônia, com queda de 63%; Amazonas, com 58,1%; Mato Grosso, com 51,9%; e Pará, com 47,7%. Em termos absolutos, o Pará registrou a maior redução, com 1.200 km² a menos de área desmatada [10]. Alguns dias antes da divulgação destes dados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao lado das suas homólogas da Alemanha e da Noruega, anunciou investimentos de R\$ 737 milhões, oriundos do Fundo Amazônia, em ações de

sustentabilidade e combate ao desmatamento nos 70 municípios que mais desmatam no bioma [11].

Outras parcerias internacionais também marcaram o mês. O Serviço Florestal Brasileiro, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o BNDES, anunciou a primeira concessão federal para restauração florestal no Brasil: a Floresta Nacional do Bom Futuro, em Rondônia. Espera-se que a concessão atraia investidores privados interessados em ganhos com a venda de créditos de carbono [12]. Por sua vez, o Banco Mundial emitiu, pela primeira vez, um título com valor de US\$ 225 milhões e vencimento em julho de 2033, cuja captação será investida em projetos de reflorestamento da Amazônia. Sediada no Brasil, a startup Mombak vai receber US\$ 36 milhões para adquirir ou firmar parcerias com proprietários de terras para reflorestar a área com espécies de árvores nativas. Os créditos de carbono produzidos, calculados com base na quantidade de carbono removido pelas árvores plantadas, serão então vendidos para a Microsoft [13].

No que toca a política externa brasileira, o ministro do Reino Unido para Segurança Energética e Neutralidade de Carbono, Edward Miliband, escolheu fazer sua primeira viagem internacional (dado o início do governo de Keir Starmer em julho) ao Brasil e, mais especificamente, à Amazônia, ao Ceará e a Brasília. Em 22 de agosto, foi lançada uma declaração conjunta, assinada por Miliband, Marina Silva e Maria Laura da Rocha (secretária-geral do Itamaraty), por meio da qual os dois países se comprometeram a trabalhar juntos no âmbito da Parceria para Crescimento Verde e Inclusivo entre o Brasil e o Reino Unido, centrada em cinco pilares: clima, florestas, agricultura, energia e finanças. Os países também pretendem desenvolver um Diálogo Estratégico Bilateral sobre Clima e cooperar em iniciativas multilaterais, inclusive em torno da proposta brasileira de criação de um Fundo de Financiamento para Florestas Tropicais [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/08/31/brasil-enfrenta-a-maior-seca-da-historia-diz-orgao-do-governo-federal.ghtml>.
- [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/09/incendios-na-amazonia-em-agosto-atingem-maior-nivel-em-14-anos.shtml>.
- [3] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz6xypqn53vo>.
- [4] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/08/29/queimadas-amazonia-recorde-24h.htm>.
- [5] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/08/28/brasil-em-chamas-para-e-rondonia-decretam-emergencia-por-causa-do-fogo/>

- [6] Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/o-mundo-que-queremos/post/2024/08/afinal-amazonia-nao-e-um-bioma-que-queima-naturalmente.ghtml>.
- [7] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-e-governadores-da-amazonia-discutem-acao-conjunta-de-combate-aos-incendios>
- [8] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-08/dino-manda-governo-ampliar-combate-ao-fogo-na-amazonia-e-no-pantanal>.
- [9] Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/tres-poderes-da-republica-lancam-pacto-pela-transformacao-ecologica>.
- [10] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/08/07/desmatamento-na-amazonia-cai-457-em-um-ano-cerrado-tem-alta-de-9.htm>.
- [11] Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/07/19/ministra-marina-silva-anuncia-investimento-de-mais-de-r-730-mi-para-combate-ao-desmatamento-em-70-municipios-amazonicos.ghtml>.
- [12] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/08/09/iniciativa-quer-unir-preservacao-florestal-e-ganho-de-receita.ghtml>.
- [13] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/08/19/banco-mundial-emite-titulo-de-us-225-milhoes-vinculado-ao-reflorestamento-da-amazonia/>.
- [14] Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/international-climate-cooperation-joint-brazil-uk-statement/360de006-4e32-4a20-bb03-a6bb071cd4f9>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Na Colômbia, a preparação da COP16 da Biodiversidade seguiu marcando a agenda política do governo no que toca a Amazônia, liderada pelo Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Em 21 de agosto, Susana Muhamad, ministra da pasta, participou de um encontro com seu homólogo canadense, Steven Guilbeault, em Montreal. Mediado por membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) da Organização das Nações Unidas (ONU), as lideranças alinharam suas expectativas sobre como manter a “paz com a natureza”, tema da COP16, que acontecerá em Cali, entre os dias 21 de outubro e 1 de novembro [6].

O fato de o encontro ter sido sediado na cidade do Canadá com Guilbeault não foi aleatório. Em 2022, Montreal foi sede da COP15 e lá foi aprovado o “fundo global para biodiversidade” [7]. Em defesa do financiamento desse fundo e do aumento na credibilidade da conferência, Muhamad convidou os países a “realmente colocar seu dinheiro nele” [7]. Além disso, ela fez um pedido para que países do Norte global tomem as rédeas desse investimento e afirmou que, na COP16, buscará vias alternativas de financiamento pelo mercado privado [7]. Outro tópico abordado pela Ministra foram os

meios para alcançar a “estabilidade climática” [7]. Para ela, o foco apenas na descarbonização das fontes energéticas, sem a busca pela restauração da natureza, pode ser “perigoso para a humanidade” [7].

Durante a viagem de Muhamad, o governo colombiano, por meio da pasta de Meio Ambiente e Desenvolvimento, anunciou, em 21 de agosto, o “Geovisor Ambiental” [8]. Essa ferramenta virtual permite o acesso de dados sobre o desmatamento no território da Colômbia dos últimos 20 anos. Além de disponibilizar boletins quantitativos, esta tecnologia possibilita a visualização de imagens que permitem comparar a cobertura florestal em diferentes recortes. De acordo com o governo, esta ferramenta auxiliará as autoridades ambientais e territoriais na tomada de decisões preventivas contra o desmatamento [8].

Ainda na política externa, no dia 6 de agosto, cerca de 30 lideranças indígenas e do campesinato da Amazônia colombiana finalizaram um intercâmbio de experiências com o Conselho Nacional de Áreas Protegidas da Guatemala [1]. As lideranças fazem parte dos Centros de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (CDFB), órgãos subsidiários do governo colombiano que visam reduzir o desmatamento [2]. O intercâmbio teve a intenção de fortalecer o conhecimento dos membros do CDFB sobre concessões e manejos florestais, usando como referência os casos de sucesso das comunidades guatemaltecas de Uaxactún e Yaloch [2]. As lideranças amazônicas conheceram a metodologia usada na Guatemala, que tem como objetivo estabelecer um equilíbrio no qual as comunidades reflorestam, cultivam e desenvolvem turismo com baixo impacto nas florestas [1]. O Ministério do Meio Ambiente colombiano se comprometeu a desenvolver mecanismos para a socialização do aprendizado oriundo da visita à Guatemala e criar programas para fortalecer os projetos de governança da região [2].

O mesmo ministério, no dia 16 de agosto, firmou um acordo com povos indígenas da bacia amazônica pela conservação da biodiversidade da região [3]. O compromisso tem como objetivo coordenar medidas de conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade e foi assinado no âmbito do Encontro Internacional dos Povos Indígenas e Governos da Bacia Amazônica, que aconteceu entre 14 e 16 de agosto em Bogotá, na Colômbia, como uma conferência preparatória para a COP16 [4]. Entre alguns dos eixos fundamentais do acordo, destacam-se: o estabelecimento dos povos indígenas amazônicos como autoridades e parceiros estratégicos na conservação da região; a garantia de direitos e políticas coerentes, que promovem o bem-estar dos povos indígenas;

a segurança jurídica dos territórios indígenas; e a unidade do movimento indígena amazônico [5].

No que concerne a relação entre Executivo e Legislativo, no dia 21 de agosto, o Ministério de Meio Ambiente apresentou, ao Congresso, uma nova proposta para proibição do *fracking* [9]. Pela quinta vez, o governo tenta aprovar uma lei contra essa prática. Segundo o Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a utilização de produtos químicos tóxicos para quebrar rochas e facilitar o acesso à petróleo e gás – *fracking* – deixaria o país sobre uma “bomba de gases de efeito estufa” e poderia contaminar lençóis freáticos relevantes [9]. Em apoio ao projeto de lei, o governo pretende enviar um pedido de urgência ao Congresso. Parado desde junho de 2024, a última proposta não se tornou lei por conta de dois debates que foram não realizados pela casa.

Por fim, no Judiciário, no dia 28 de agosto, foi aprovada, pela Corte Constitucional da Colômbia, a lei doméstica que ratifica o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, comumente conhecido como Acordo de Escazú. O tratado, estabelecido em 2018 e assinado pela Colômbia em 2019, busca assegurar a maior participação popular nas decisões ambientais, o acesso à informação e transparência, além de uma maior proteção de defensores ambientais [10]. A possibilidade de plena implementação do acordo pode representar um avanço para o sistema de proteção ambiental da Colômbia, que foi o país que mais matou ambientalistas no relatório do Global Witness de 2023, com ano de referência de 2022 [11].

Referências

- [1] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/08/02/da-amazonia-a-selva-maia-colombia-e-guatemala-se-unem-para-preservar-a-natureza.htm>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-guatemala-comunidades-de-la-amazonia-reiteraron-su-compromiso-por-salvar-la-selva-de-la-deforestacion/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-y-pueblos-indigenas-firman-pacto-por-conservacion-de-biodiversidad-en-la-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/encuentro-internacional-en-bogota-pueblos-indigenas-amazonicos-consolidan-alianzas-para-la-cop16-de-biodiversidad/#:~:text=Colombia%20%E2%80%93%20Entre%20el%2014%20y,COP%2016%20sobre%20Diversidad%20Biol%C3%B3gica.>
- [5] Disponível em: <https://coiab.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Acuerdo-Conjunto-de-los-Pueblos-Indigena.pdf>
- [6] Disponível em: <https://www.cbd.int/article/high-level-consultations-2024>

[7] Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/article/2024/aug/22/nature-catastrophe-biodiversity-summit-president-carbon-emissions-climate-breakdown-susana-muhamad-aoe#:~:text=Susana%20Muhamad%2C%20who%20will%20be,humanity%E2%80%9D%20and%20risk%20societal%20collapse>

[8] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Gobierno-lanza-nueva-herramienta-virtual-para-monitorear-la-deforestacion-240821.aspx>

[9] Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/08/21/radicaron-por-quinta-vez-proyecto-de-ley-para-prohibir-el-fracking-en-colombia-gobierno-envia-mensaje-de-urgencia/>

[10] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/historico-escazu-es-una-realidad-en-colombia-la-corte-avala-su-constitucionalidad/#:~:text=Con%20Escaz%C3%BA%20se%20fortalece%20la,la%20conservaci%C3%B3n%20de%20la%20biodiversidad>

[11] Disponível em: <https://www.wwf.org.co/?388050/Acuerdo-de-Escazu-en-Colombia-aprobacion>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

O mês de agosto, aniversário de um ano do referendo que decidiu pela interrupção da exploração na reserva de Yasuní, foi marcado por múltiplas manifestações promovidas por ONGs e por entidades indígenas. A produção de petróleo na região corresponde a cerca de 10% da produção nacional de petróleo do Equador, e até o presente, o governo não apresentou nenhum projeto ou uma data de previsão para a interrupção da exploração na região. O Poder Executivo, liderado pelo presidente Daniel Noboa, emitiu um breve comunicado afirmando que o “compromisso de honrar a decisão se mantém” e será “sem danos ao meio ambiente”, apesar de até o momento as atividades continuarem sem nenhuma previsão de interrupção. Para a ONG *Amazon Frontlines*, a decisão do governo equatoriano revela ações insuficientes de muitos governos globais para cumprir com os compromissos de frear as mudanças climáticas [1].

No dia 20 de agosto, um grupo de indígenas waorani protestou em frente ao Ministério de Energia, em Quito, pela suspensão da extração de petróleo da reserva amazônica de Yasuní [1]. Os manifestantes criticaram a política extrativista do governo, que vai na contramão do resultado da consulta popular que votou pela retirada progressiva e ordenada de toda a atividade relacionada à extração do petróleo no território. O protesto foi liderado por Zenaida Yasacama, vice-presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Cerca de 50 manifestantes compareceram ao local. Outro protesto, conduzido por Juan Bay, representante da etnia waorani, cobra que as

nacionalidades indígenas afetadas pela exploração sejam incluídas como parte no planejamento do descomissionamento dos campos de petróleo e de um maior controle dos povos originários sobre o território de Yasuní [2].

Para além deste tema, no dia 19 de agosto, os governos municipais de Orellana e El Chaco participaram de uma oficina em prol do fortalecimento dos Planos de Resposta diante de Emergências e Desastres [3]. A ação se inscreve nos marcos do projeto “Ações antecipadas para apoiar a resposta em nível comunitário e local à erosão regressiva da Bacia do Rio Coca e outras ameaças – HIP Erosión El Coca” apoiado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) no Equador. Participaram da ação os Governos Autônomos Descentralizados (GAD) das regiões de Francisco de Orellana, Joya de los Sachas em Orellana e El Chaco, em Napo. Ao todo, cerca de 90 pessoas participaram das oficinas, que contaram com exercícios de simulação de desastres para ampliação das capacidades de resposta das comunidades potencialmente afetadas.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/indigenas-do-equador-pedem-suspensao-da-extracao-de-petroleo-na-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2024-08-24/los-waorani-se-convierten-en-aguilas-para-proteger-la-amazonia-ecuatoriana.html>
- [3] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/los-gobiernos-municipales-de-orellana-y-el-chaco-fortalecieron-sus-capacidades-de-respuesta-ante-desastres>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No mês de agosto, a petrolífera ExxonMobil divulgou seus resultados financeiros referentes ao segundo trimestre de 2024. A empresa anunciou ganhos de US\$ 9,2 bilhões, para o que Darren Woods, CEO da empresa, declarou que as operações realizadas na Guiana foram fundamentais. Porém, o que chama atenção é que a multinacional pagou cerca de US\$ 11,6 bilhões em tributos, mas parte alguma deste valor parece ter sido destinada à Guiana. O motivo é o modelo de contrato firmado em 2016, que o atual governo se recusa a renegociar com a empresa [1]. Os dados indicam um amplo benefício à multinacional estadunidense na exploração de petróleo em um país da Pan-Amazônia, que não estão sendo revertidos em um aumento significativo no orçamento do Estado.

Enquanto isto, neste mesmo mês, o *Guyana Teacher's Union* (GTU) — sindicato dos professores da Guiana — recebeu uma proposta do governo para aumentos salariais de 10% (2024), 8% (2025) e 9% (2026), que foi aceita inicialmente pelo líder do sindicato, Mark Lyte. Algumas horas depois, porém, Coretta Mc Donald, Secretária Geral do GTU, divulgou uma nota em que apresentou discordâncias com a decisão do então líder, assumindo que a proposta governamental seria insuficiente, tendo em vista a inflação recente. A proposta, em suma, não agradou parte do sindicato, gerando um conflito interno [2][3][4][5]. O episódio ilustrou as pressões sociais por maior distribuição da renda gerada no país, em meio à baixa contribuição fiscal da Exxon Mobil ao Estado.

O Ministro do Recursos Naturais, Vickram Bharrat, manifestou-se acerca das atividades mineradoras no país. Alegou que o grande incentivo por parte do governo às atividades é essencial para a economia. Além disso, fez considerações sobre a importância de uma mineração ambientalmente responsável, em coro ao discurso da “combinação contraditória” que se apresenta quando autoridades do governo de Irfaan Ali defendem as atividades petrolíferas e afirmam que a exploração dos recursos é sustentada por uma pretensa política ambiental. Entrementes, a exportação de ouro, principalmente, vem perdendo espaço na economia do país devido ao grande crescimento do setor petrolífero, que inclusive absorve mão de obra do setor de mineração e tende a se tornar, cada vez mais, central na economia nacional [6].

Outra questão de economia política importante no mês foi o anúncio de queda nos rendimentos provindos dos créditos de carbono pelo Estado. Em 2023, o governo recebeu cerca de US\$ 150 milhões pelos papéis, mas, em 2024, o valor auferido até o momento foi de US\$ 87,5 milhões, representando uma queda de 41,6%. Cerca de 15% dos valores são direcionados a comunidades indígenas, que recebem menos dinheiro por conta da queda do valor total das vendas. Contudo, o governo Ali considerou aumentar o percentual de distribuição para 26,5%, configurando um aumento de US\$ 700.000 em relação aos ganhos que seriam distribuídos se o percentual de 15% fosse mantido [7].

A partir das considerações acima, é possível fazer algumas considerações sobre o contexto socioeconômico e ambiental da Guiana. O vetor de crescimento econômico é uma combinação de atividades ambiental e climaticamente degradantes: o petróleo e a mineração conformam mais de 90% dos valores monetários obtidos no comércio internacional via exportação de mercadorias (números de 2022) [8]. Por sua vez, o governo Ali busca apoiar-se, também, nas capacidades de captura de carbono do país para justificar o aprofundamento de atividades geradoras de carbono. A estratégia que o

governo vem expondo nos últimos meses consiste em utilizar a renda do petróleo para o desenvolvimento de uma economia sustentável no longo prazo. Porém, percebem-se limites da estratégia quando a administração não considera submeter os principais ganhadores, com destaque para a ExxonMobil, a tributações mais favoráveis ao Estado, que possam atender melhor interesses de sindicatos.

A atividade petroleira é um consenso entre os partidos que disputam o poder na Guiana [11], mas a questão política que se apresenta é como utilizar esta renda. Nos moldes atuais, a atividade petroleira proporciona uma entrada de investimentos exorbitantes no país, se comparado aos anos anteriores. Essa “exogeneidade” interfere na inflação, como em moradia e alimentação [9], sujeitando a população a uma perda de capacidade de compra [10]. Diante disso, cabe perguntar: o governo Ali conseguirá distribuir e direcionar a renda absorvida em prol de um aumento de produtividade inclusivo, que seja de baixa produção de carbono e inclusivo? Quais as opções concretas que o governo da Guiana possui, no cenário atual, para seguir este caminho? Ou as atividades serviram apenas para drenar os recursos do país em prol de uma minoria? Por fim, é possível que a estratégia de uma “combinação contraditória” funcione para reduzir a poluição atmosférica? O monitoramento do futuro próximo da Guiana dará indícios para respostas a estas questões.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/14/exxons-taxes-increase-globally-but-enjoys-tax-free-ride-in-guyana/>.
- [2] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/14/teachers-only-willing-to-accept-20-hike-mc-donald/>.
- [3] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/11/gtu-leadership-divided-on-govt-s-proposed-10-pay-hike-for-teachers-in-2024/>.
- [4] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/25/gtu-to-explore-other-options-to-cushion-10-for-teachers-gs/>.
- [5] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/25/teachers-10-salary-increase-cant-keep-up-with-rising-food-inflation-rate-afc/>.
- [6] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/28/minister-bharrat-pledges-govt-s-continued-support-and-incentives-to-strengthen-mining-sector/>.
- [7] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/20/carbon-credit-sales-dipped/>.
- [8] Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy>.
- [9] Disponível em: <https://statisticsguyana.gov.gy/subjects/price-indices/consumer-price-index-georgetown-guyana-june-2024/>.

[10] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/09/relationship-between-oil-companies-govt-a-disrespect-to-guyanese-civil-society-activists-tell-uk-media-house/>.

[11] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/21/joint-development-plan-wont-work-opposition-leader-says-parties-have-major-difference-on-management-of-oil-sector-spending-on-infrastructure/>.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de agosto, o Ministério do Meio Ambiente do Peru (MINAM) registrou uma agenda bastante movimentada. Logo no início do mês, foi estabelecido pelo governo o *Programa Bosques*, que consiste em incentivos econômicos, por parte do MINAM para comunidades em três regiões amazônicas, a fim de manter a conservação da floresta. A meta do programa é aumentar, este ano, 450 mil hectares dos ecossistemas conservados das regiões de Loreto, Amazonas e Cajamarca [1]. Nesse contexto, as comunidades interessadas em receber os incentivos econômicos tiveram até o dia 9 de setembro para fazerem suas inscrições. O projeto beneficiará cerca de 11.000 pessoas. Conta com um investimento de US\$ 15,6 milhões do *Global Environment Facility* (GEF) e tem, como objetivo, preservar ecossistemas e reduzir emissões de carbono, contribuindo para a resiliência climática e o bem-estar local [2]. O projeto também inclui o aproveitamento sustentável do fruto aguaje [2].

No âmbito das relações internacionais, o Peru confirmou sua participação na Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP 16) em 2024, que ocorrerá em Cali, na Colômbia [3]. A COP 16, sob o tema “Paz com a Natureza”, buscará, entre outros objetivos, implementar o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. A delegação peruana, que será liderada pelo MINAM, abordará temas como agrobiodiversidade, conservação e uso sustentável de espécies e a relação entre biodiversidade e mudanças climáticas. Além disso, será destacada a atualização da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e o incentivo à conservação ambiental [4]. Por fim, a delegação buscará apoio a projetos sustentáveis por meio de financiamentos e uma agenda comum entre os países latino-americanos e do Caribe para fins de conservação da biodiversidade [5].

Ainda na política externa, em reunião com o seu homólogo do Equador, o vice-ministro do Meio Ambiente do Peru, Edgar Romero, coordenou ações conjuntas sobre gestão ambiental com foco na sustentabilidade e na implementação de estratégias frente

as mudanças climáticas. Durante o encontro que tratou sobre trocas de experiências na área da sustentabilidade, conversaram também sobre o projeto *Movilización de Financiamiento Climático Internacional e Inversiones Privadas para un Desarrollo Resiliente al Clima y Bajo en Carbono* e abordaram tópicos relativos à cooperação internacional para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e o apoio do Fundo Verde do Clima (6).

Além disso, em parceria com o Japão, o MINAM pretende recuperar mais de 192.000 m² de terrenos contaminados por resíduos sólidos em Piura e Madre de Dios. Os projetos destinados a essa recuperação em Tambopata e Sechura incluem estudos de engenharia e planos de recuperação das áreas degradadas. A iniciativa busca melhorar a qualidade de vida de 168 mil habitantes locais [7].

No âmbito doméstico, o MINAM lançou o primeiro Anuário Estatístico do setor ambiente [8]. O documento, que conta com dados dos anos 2014-2023, será utilizado como base para a tomada de decisões em todos os níveis de governo. Nele, é tratado temas como qualidade ambiental, resíduos sólidos e mudanças climáticas. O vice ministro de Meio Ambiente, Edgar Romero, destacou a importância do relatório como fonte confiável de indicadores e estatísticas para melhorar a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável no país [8].

Ao passo que o MINAM se deteve nas questões mais práticas de defesa e preservação da região amazônica, o Ministério das Relações Exteriores se ateve a atividades diplomáticas culturais. A difusão cultural da região é presente no discurso de Dina Boluarte e segue sendo o ponto mais forte no quesito das ações promovidas por este ministério no exterior. Para além disso, em agosto, o órgão participou da sessão inaugural do Primeiro Workshop Regional de Divulgação sobre Marcos Normativos em Matéria Ambiental, organizado pelo Parlamento Andino, UNODC e USAID [9]. O evento, que ocorreu nos dias 8 e 9 de agosto, objetivou difundir o Marco Normativo a fim de combater a extração ilegal de madeira e o comércio associado nas florestas amazônicas da região andina.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/997027-minam-otorgara-incentivos-economicos-a-comunidades-de-3-regiones-amazonicas-para-conservar-bosques>

- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/999125-alrededor-de-11-000-peruanos-de-3-regiones-amazonicas-se-beneficiaran-con-proyecto-de-conservacion-de-bosques>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1004313-peru-presentara-sus-avances-sobre-la-conservacion-de-la-biodiversidad-durante-la-cop-16-que-se-realizara-en-colombia>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1008116-cop-16-peru-busca-consolidar-sus-avances-en-conservacion-de-la-biodiversidad-con-apoyo-internacional>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1010966-cop-16-peru-impulsa-una-agenda-comun-entre-paises-latinoamericanos-y-del-caribe-priorizando-la-conservacion-de-la-biodiversidad>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1005240-peru-y-ecuador-consolidan-vinculos-para-avanzar-conjuntamente-en-materia-de-gestion-ambiental>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1009777-mas-de-192-000-m2-de-terrenos-que-fueron-contaminados-por-residuos-solidos-seran-recuperados-por-el-minam>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1009207-se-publica-el-primer-anuario-estadistico-del-sector-ambiente>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1001361-cancilleria-participo-en-el-primer-taller-regional-de-difusion-sobre-marcos-normativos-en-materia-ambiental>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de agosto, o relatório anual da empresa de óleo e gás do Estado do Suriname, *Staatsolie*, anunciou que irá apresentar uma proposta de US\$ 1,8 bilhão para participar da exploração de petróleo *offshore* no projeto do Bloco 58. Diferente da Guiana, no caso do Suriname há uma empresa nacional buscando se envolver nas atividades petrolíferas, que inicialmente têm a primeira extração prevista para 2028. A perspectiva de quatro anos para o início das atividades indica que a utilização do petróleo terá vida longa no Suriname [1].

No que toca a eleição presidencial na Venezuela ocorrido em julho, apenas o Suriname se somou à Guiana, entre os membros do CARICOM, para endossar uma declaração internacional, liderada pelos Estados Unidos, contra o reconhecimento da reeleição de Nicolás Maduro, lançada em 16 de agosto. Washington expressou desapontamento com os países integrantes do CARICOM, ao passo que a atitude de Suriname e Guiana foi elogiada pela embaixadora estadunidense na Guiana, Nicole Theriot [2].

Referências

- [1] Disponível em: <https://brazilenergyinsight.com/2024/08/12/suriname-to-come-up-with-us1-8-billion-for-stake-in-block-58-project/>.
- [2] Disponível em: <https://demerarawaves.com/2024/08/21/us-welcomes-guyana-surinames-support-for-joint-statement-on-venezuela-disappointed-with-other-caricom-nations/>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O principal tópico da agenda política na Venezuela, no mês de agosto, foram os desdobramentos da eleição presidencial realizada em 28 de julho. Em relação ao território amazônico do país, o único acontecimento relevante foi a continuidade das ações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) no combate à mineração ilegal. O comandante estratégico operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, anunciou, por meio da plataforma X, no dia 6 de agosto, que acampamentos foram localizados e destruídos enquanto a FANB realizava patrulhas de proteção ambiental no estado do Amazonas [1]. Posteriormente, em 20 de agosto, por meio de publicação no Instagram, Hernández Lárez anunciou novas ações da Operação “Escudo Bolivariano Neblina 2024”, com a destruição de materiais usados para mineração ilegal no setor de Carida, no estado do Amazonas [2]. O comandante ainda destacou que é proibida a exploração mineira e de hidrocarbonetos no estado do Amazonas [3].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.globovision.com/suceso/25501/fanb-desmantelo-campamentos-de-mineria-ilegal-en-amazonas>
- [2] Disponível em: <https://elinformadorve.com/21/08/2024/venezuela/fanb-destruye-materiales-usado-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>
- [3] Disponível em: <https://albertonews.com/politica/fanb-destruyo-material-usado-para-la-mineria-ilegal-en-el-estado-amazonas/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 5 de agosto, foi noticiado que a OTCA e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) organizaram o evento “Segundo Diálogo Regional

sobre Bioeconomia Amazônica e Transformação Rural Inclusiva”, realizado entre os dias 7 e 8 de agosto [1][2]. Após um ano da assinatura da Declaração de Belém, o diálogo visa a fortalecer a segurança alimentar e diminuir os níveis de pobreza na população amazônica para adoção de um modelo de bioeconomia centrado no uso sustentável da sociobiodiversidade florestal e pesqueira do bioma. A iniciativa ocorreu em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS 1, ODS 2 e ODS 10) e com as Declarações de Belém e de Brasília firmadas nos marcos da OTCA.

Para aprimorar a iniciativa, a FAO prometeu colocar à disposição dos países amazônicos a Iniciativa Mão na Mão (MdM), lançada em 2019, que utiliza análises e modelos geoespaciais avançados para promover a transformação dos sistemas agroalimentares para aumentar a renda, o estado nutricional e o bem-estar das populações. Ao fim, espera-se que as ações resultantes do diálogo possam contribuir para a elaboração de uma Estratégia Amazônica de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de ministérios, representantes dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais, representantes de universidades, instituições financeiras e bancos de desenvolvimento, além de organizações não-governamentais e agências da Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante o encontro, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, destacou que a bioeconomia é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. De modo complementar, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, ressaltou a importância da cooperação internacional e da transformação do conhecimento em questões práticas para superar os desafios da Amazônia. No dia seguinte ao evento, em 9 de agosto, foram publicados alguns dos insumos técnicos e planos de investimento gerados pelo Diálogo Regional, que contou com mais de 80 representantes de organizações da sociedade civil, governo e academia dos países pan-amazônicos. Cabe destaque para a menção ao fortalecimento do Observatório Regional Amazônico (ORA), principalmente no que diz respeito à gestão da informação territorial, para provimento de informações que aumentem as capacidades dos países da Bacia Amazônica.

No dia 13 de agosto, a OTCA divulgou uma oficina realizada em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) [4]. O objetivo do encontro foi pensar a implementação da Resolução XXIII da Declaração de Brasília, que visa a promover a cooperação regional na certificação e valorização dos produtos amazônicos e o reconhecimento de serviços ambientais e ecossistêmicos da região. Além disso, a iniciativa elaborou estratégias para criação de um grupo de trabalho encarregado

de monitorar o andamento da implementação da resolução. A oficina contou com a participação da Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin; da Diretora-Administrativa, Edith Paredes; e de técnicos da OTCA e do IICA.

Também no dia 13, foi noticiada a realização da 1ª Reunião de Consulta com Povos Indígenas da Amazônia, em Bogotá, na Colômbia, com a participação de líderes dos oito países amazônicos [5]. Estima-se que o encontro sirva como uma ponte para a criação da Plataforma Amazônica de Povos Indígenas da OTCA, com apoio do Programa EUROCLIMA e suas agências implementadoras AECID, GIZ e CEPAL. A ação é parte das atividades preparatórias para a COP 16 da Biodiversidade, em outubro, e a COP 30, a ser realizada em 2025, em Belém.

No dia 22 de agosto, autoridades dos países amazônicos se reuniram na sede da OTCA em Brasília para discutir a implementação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia) com apoio da Polícia Federal do Brasil [6]. A finalidade do CCPI-Amazônia será a coordenação de ações de segurança pública para combater o desmatamento ilegal, a mineração clandestina e outras ações que ameaçam a biodiversidade da Amazônia. Essa ação dialoga com o compromisso firmado pelo Brasil de zerar o desmatamento ilegal até 2030 e com o Plano AMAS (Amazônia, Segurança e Soberania) desenvolvido pela Polícia Federal e os governos estaduais. Participaram da reunião representando a OTCA: a Diretora-Administrativa Edith Paredes; a Coordenadora de Mudanças Climáticas, Rathna Kewal; o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani; e o Coordenador do ORA, Mauro Ruffino.

No dia 23, a OTCA divulgou a participação de seus representantes na Semana Mundial da Água (WWW) 2024 entre os dias 25 e 29 de agosto, na Suécia [7]. Para o evento, os representantes da OTCA apresentaram os resultados e as ações do Projeto Bacia Amazônica e participaram como coorganizadores de painéis voltados às Américas e ao Caribe, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No dia 27, a Diretora-Administrativa da OTCA, Edith Paredes, discursou no seminário “A gestão para a paz e a cooperação de águas compartilhadas” e falou sobre o Programa de Ações Estratégicas (PAE), apoiado pelo PNUMA e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente. As demais sessões do evento discutiram temas como: financiamento sustentável para a cooperação transfronteiriça de recursos hídricos, ciência e tecnologia e hidro-diplomacia para recursos hídricos compartilhados.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/fao-e-otca-realizam-o-segundo-dialogo-regional-sobre-bioeconomia-amazonica-e-transformacao-rural-inclusiva/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/comeca-em-belem-o-segundo-dialogo-regional-sobre-bioeconomia-amazonica-e-transformacao-rural-inclusiva/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-da-amazonia-acordam-elaborar-uma-estrategia-comum-de-trabalho-para-avancar-na-seguranca-alimentar-e-nutricional/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-o-iica-realizam-oficina-estrategica-para-fortalecer-a-cooperacao-regional-na-amazonia/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/consulta-regional-em-bogota-para-a-criacao-da-plataforma-amazonica-de-povos-indigenas/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/cooperacao-policia-na-amazonia-para-fortalecer-seguranca-e-combate-a-crimes-ambientais/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-leva-o-projeto-bacia-amazonica-para-a-semana-mundial-da-agua/>